

Análise inter-relacional dos instrumentos do Sinaes: uma proposta emancipatória

Mara Lúcia Castilho¹

Maria Cristina Loyola dos Santos²

Magda de Lima Lúcio³

Resumo:

A Comissão Própria de Avaliação do UniCEUB tem, ao longo dos últimos anos, mobilizado os gestores institucionais para utilizarem os relatórios da avaliação interna como estrutura organizadora das ações, visando profissionalizar a ação gestora. Este artigo apresenta as reflexões dessa estratégia no interior da Instituição, em particular, no curso de Psicologia, e demonstra um caminho possível para que o gestor embase sua prática cotidiana. A finalidade última da proposta é transpor a função regulatória da avaliação institucional em direção à função emancipatória, como possibilidade de a Instituição transformar as relações sociais estabelecidas entre os segmentos que compõem o universo do ensino superior.

Palavras-chave: Avaliação institucional. Educação superior. Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Um dos objetivos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é cumprir com o disposto no artigo 209 da Constituição da República Federativa do Brasil de que o ensino é livre à iniciativa privada desde que cumprida a condição de *avaliação de qualidade pelo Poder Público*. Sabe-se também que a

¹ Mara Lucia Castilho é coordenadora da Comissão Própria de Avaliação e professora do curso de Letras do UniCEUB, mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília. mara.castilho@uniceub.br.

² Maria Cristina Loyola dos Santos é membro da Comissão Própria de Avaliação e professora de Psicologia do UniCEUB, mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília. cristina.loyola@uniceub.br

³ Magda de Lima Lúcio é membro da Comissão Própria de Avaliação e professora de Comunicação Social do UniCEUB, doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília. magdalucio@uol.com.br.

diversidade de fins (ensino, pesquisa e extensão) de uma IES e a multiplicidade de organização acadêmica permitida por lei à iniciativa privada fazem com que o processo decisório dessas instituições esteja sujeito a um conjunto amplo de situações, levando-as a adotarem instrumentos de gestão que expressem suas ações organizacionais em certo momento e em função de certos propósitos. Esses instrumentos, por sua vez, são molde e suporte do modelo de gestão utilizado pela instituição.

Muitos são os instrumentos de gestão que podem ser utilizados pelos gestores dos cursos e pelas direções de IES para subsidiar o processo decisório. Entre alguns dos instrumentos mais significativos, podemos citar a Proposta Político-pedagógica, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto de Curso e os Relatórios de Avaliação.

Por meio dos relatórios de avaliação, é possível perceber que as práticas avaliativas têm propiciado mudanças tanto no modelo de gestão quanto na estrutura física das instituições, como tem sido demonstrado em estudos realizados por Trigueiro (1999), Durham (2003) e Santos (2003).

Os autores citados permitem-nos refletir sobre o impacto das exigências estabelecidas nos programas de avaliação externa. Essas exigências, por sua vez, promovem uma nova cultura organizacional que, em princípio, existe para ajustar-se às normas estabelecidas. Não há de imediato uma preocupação em utilizar a massa de dados coligidos por esse processo para a criação de um sistema de gestão interno nas IES. De modo geral, este trabalho restringiu-se à prática regulatória estabelecida a *exteriori* pelo órgão máximo de regulação do ensino superior, o Ministério da Educação.

Embora haja rica tradição em falar-se sobre a avaliação educacional no Brasil, não há a mesma tradição em relação à avaliação institucional. Ao mesmo tempo em que há uma interface conceitual entre as teorias avaliativas educacional e institucional, esta se preocupa com os objetivos do processo e as vantagens que podem agregar à tomada de decisões das instituições.

A utilização dos resultados do processo avaliativo pode superar uma cultura nacional em que a utilização de dados e de indicadores da avaliação institucional deixaria de ser meramente o atendimento das exigências estabelecidas para o reconhecimento de cursos e o credenciamento das IES no sistema federal de ensino. Essa superação traria para o prosclênio da discussão a sociedade como primeiro e último beneficiário de um sistema de ensino superior de qualidade em que Estado

e IES agem em concerto na promoção desse direito. Esse desafio foi assumido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Este artigo tem como finalidade apresentar as reflexões que esse desafio tem provocado no interior da Instituição, em particular no curso de Psicologia, e demonstrar um caminho possível para que o gestor embase sua prática cotidiana.

O caminho percorrido pela CPA do UniCEUB tem mobilizado o grupo de gestores das unidades de ensino e dos cursos para a importância da utilização dos relatórios avaliativos interno e externo à organização de ações, de forma a ampliar o uso do processo de avaliação institucional, alargando sua função regulatória em direção à prática emancipatória, compreendida como possibilidade de descentralização do processo decisório para a profissionalização da gestão intermediária, no caso em análise, dos cursos de graduação. Essa possibilidade traz consigo a oportunidade de a Instituição transformar as relações sociais estabelecidas entre os segmentos sociais que compõem o universo do ensino superior. Esse universo não-restrito a indivíduos isolados permite que os segmentos sociais vislumbrem o seu lugar de fala no interior dos processos de ensino, pesquisa e extensão, fundamentos da vida acadêmica.

Para embasar o conceito de avaliação institucional emancipatória, faremos breve incursão em algumas teorias avaliativas.

1 Reflexões sobre as teorias avaliativas

As teorias avaliativas analisam o fenômeno da avaliação sob diferentes ângulos, quais sejam: os aspectos formativo, somativo, emancipatório e regulatório. Cada um propõe diferentes olhares e objetivos para o processo de avaliação.

Sobre a avaliação emancipatória, no que se refere à aprendizagem, Saul (2000) caracteriza-a como um processo de descrição, análise e crítica de dada realidade, visando transformá-la. De acordo com a autora, os objetivos da avaliação são mostrar o caminho da transformação e beneficiar as audiências no sentido de torná-las autodeterminadas. Na avaliação emancipatória, há um compromisso com o futuro por meio do autoconhecimento crítico da realidade, e, com base nessa compreensão, é possível implementar alternativas para a revisão da realidade. Outro objetivo é a

aposta no valor emancipador dessa abordagem para os atores de um programa educacional. Acredita-se que o processo permita ao homem, por meio da consciência crítica, direcionar suas ações no contexto em que está inserido de forma a transformar o curso de sua trajetória por meio dos valores eleitos para isso.

Cunha (2004) esclarece que a avaliação contém elementos de regulação e emancipação e pressupõe o equilíbrio entre as duas forças. Para a autora, negar a função de regulação seria fechar os olhos para a realidade da natureza humana, formada por culturas socialmente construídas, costumes, hábitos e valores estabelecidos pela sociedade. Para ela, tem-se teorizado mais sobre a avaliação emancipatória do que vivenciado experiências de sua prática. Talvez esse comportamento possa ser explicado por meio da formação do povo brasileiro, nas palavras de Bourdieu, de um *habitus* nacional. Por outro lado, a prática da avaliação regulatória está presente em todos os momentos, e os padrões externos definidos pelos protagonistas são bem diferentes daqueles estabelecidos por seus figurantes.

A avaliação regulatória tem por pressuposto o controle para efeitos de planejamento e garantia de qualidade do sistema educacional. Para tanto, os governos estabelecem políticas e normas de controle, fiscalização e supervisão, e meios que serão utilizados para implementá-la. Na verdade, seu papel não se limita à regulação no sentido do controle burocrático, mas permite avaliar a educação de modo a fornecer elementos para reflexão e propiciar melhores condições de desenvolvimento (BRASIL, 2007). De acordo com o entendimento da equipe organizadora do SINAES, cabe aos organismos de governo e às instituições de ensino elaborar diagnósticos gerais sobre a qualidade, a relevância científica e a formação, segundo os critérios de trabalho e cidadania propostos para a educação superior. Na visão do SINAES:

Para superar a concepção e a prática da regulação como mera função burocrática e legalista, é necessário construir uma outra lógica, com um outro sentido filosófico, ético e político: que a regulação não se esgote em si mesma, e, principalmente, articulada à avaliação educativa propriamente dita, seja também uma prática formativa e construtiva. (BRASIL, 2007, p. 91).

Sobrinho (2004) esclarece que a avaliação não é um processo complicado, mas complexo. Sua complexidade explica-se em função da abrangência das dimen-

sões que compõem o processo e a diversidade de objetos, instrumentos e uso dos resultados. A etapa do processo define o objeto a ser avaliado, o papel a ser desempenhado pelos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, a metodologia de coleta de dados e, conseqüentemente, os instrumentos a serem utilizados.

No que se refere à utilização dos dados consolidados no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), observa-se a diversidade de itens a serem avaliados e de instrumentos utilizados. Isso pode gerar dificuldade por parte dos gestores em fazer cruzamentos das informações e identificar, nas informações institucionais, pistas que possam nortear suas ações, tendo os resultados da avaliação como subsídio de gestão. A não-compreensão sobre o que fazer com os dados advindos dos relatórios de avaliação parece ser o pilar das dificuldades dos gestores para que essa prática se torne emancipatória.

A equipe da CPA do UniCEUB concorda com Sobrinho (2000) e compreende que a avaliação exige a interpretação das informações não como análise isolada, mas como construção e organização de significados de conjunto, incluindo aspectos de âmbito valorativo, atitudinal e político.

Segundo o plano de autoavaliação do UniCEUB (2004), entende-se por avaliação institucional o processo permanente de reflexão sobre as ações globais da instituição que inclui o conjunto de dimensões, estruturas, gestão, relações, atividades de ensino, pesquisa e extensão, segundo a missão institucional.

A autoavaliação é um processo de caráter formativo que busca compreender a cultura e a vida da instituição. O processo é cíclico e renovador de análise e síntese das dimensões que definem a instituição. Permite à instituição uma imagem global de seus processos de gestão sociais, pedagógicos e científicos. Propicia, também, o diagnóstico de problemas, de possibilidades e de potencialidades para melhorar e fortalecer a IES.

2 Vantagens e desafios da avaliação na gestão institucional

A partir de 2004, a CPA do UniCEUB empreendeu um processo de aproximação com os gestores, incentivando-os a utilizarem os resultados da auto-avaliação confrontados com os resultados dos demais instrumentos de avaliação do SINAES.

Ao longo de doze anos, desde 1995, quando foi implantado o processo de autoavaliação na Instituição, foi possível ampliar a visão e o entendimento da avaliação como subsídio para tomada de decisões. O trabalho atual da Comissão Própria de Avaliação do UniCEUB não se restringe somente à sensibilização para a participação dos segmentos no processo, mas também à ampliação das atividades no sentido de sensibilizá-los para a importância da avaliação como instrumento de gestão.

Há, pelo menos dois anos, desde a implantação do SINAES, a CPA do UniCEUB tem buscado mapear as dificuldades dos gestores com relação à interpretação e à utilização dos dados dos relatórios da avaliação. A partir daí, a CPA tenta intervir no próprio processo avaliativo, pois acredita que minimizar essa dificuldade cria condições favoráveis ao alcance dos objetivos do processo.

A compreensão dessas dificuldades mostrou dois pilares do problema: a falta de conhecimento sobre os papéis desempenhados pelos participantes em cada etapa da avaliação e a não-compreensão dos gestores sobre o que fazer com os dados advindos dos relatórios de avaliação. A seguir, serão esclarecidas as ações empreendidas pela CPA para auxiliar os gestores na utilização dos instrumentos avaliativos internos e externos.

A análise da CPA sobre os procedimentos e as ações dos gestores do Centro Universitário de Brasília frente à utilização dos resultados e ao cruzamento dos dados dos instrumentos que o compõem levou a administração superior da Instituição a oferecer o curso de extensão *Avaliação: vantagens e desafios na gestão da educação superior* aos gestores das unidades de ensino, aos coordenadores de curso e aos assessores e assistentes dos coordenadores em julho de 2007.

O curso apresentou propostas de análise dos resultados da avaliação e exemplos de como utilizar os dados provenientes dos instrumentos do SINAES e de como relacioná-los às informações de outros instrumentos empregados na autoavaliação. O objetivo do curso foi propiciar ao gestor a compreensão de um dos maiores desafios da avaliação para o UniCEUB: transformar o processo avaliativo, que hoje se caracteriza como regulatório, em um processo emancipatório.

A intenção da CPA é oferecer instrumentos que visem à implementação de práticas de gestão de maneira que se promova o desenvolvimento qualitativo do

ensino oferecido pelo UniCEUB por meio de metodologia de análise dos resultados das avaliações que possam ser confrontadas com as políticas institucionais, a fim de proporcionar o realinhamento de estratégias de ação em busca do cumprimento de sua missão e do atendimento à demanda de alunos para a educação superior.

3 Proposta da CPA do UniCEUB para procedimentos de análise, interpretação e utilização dos resultados da avaliação pelos gestores

A CPA propôs que os instrumentos de avaliação de cursos de graduação e de avaliação externa fossem utilizados regularmente para que o gestor pudesse visualizar a instituição como em um *raio x*.

Em relação ao ENADE, a proposta foi que o processo de inscrição dos alunos não fosse realizado, exclusivamente, no âmbito da coordenação de curso, mas de maneira que os gestores pudessem sensibilizar discentes e docentes para a importância do instrumento e para os desdobramentos de seus resultados junto ao curso e aos alunos.

Quanto ao relatório proveniente do teste, a experiência da CPA do UniCEUB revela que os gestores não tinham consciência das informações que continha. Assim, a CPA organizou os resultados do questionário-pesquisa de forma que trouxessem as perguntas e as respostas dos ingressantes e dos concluintes em colunas separadas, uma ao lado da outra, e encaminhou-os aos coordenadores, para facilitar a análise. Com esse procedimento, os gestores iniciaram um processo de interpretação dos resultados, e esses dados passaram a ser utilizados para a fundamentação de novas propostas para os projetos, pois mostram o perfil dos alunos matriculados na IES e a realidade do curso em relação à região em que estão inseridos e ao Brasil.

No quadro desse processo, a CPA sensibilizou, mais uma vez, os gestores para a importância dos dados sistematizados pelo ENADE e propôs que os resultados das provas fossem analisados para que se compreendessem melhor o desempenho dos alunos e os conceitos do ENADE e do Índice de Desenvolvimento Desejado (IDD). O resultado dos alunos em cada pergunta

da prova passaria a ser analisado, e o conteúdo de cada pergunta seria relacionado aos componentes curriculares da matriz dos cursos, ou seja, passaria a ser instrumento de avaliação das disciplinas que compõem o currículo. Depois de relacioná-los aos componentes curriculares, seriam confrontados com os programas e os planos de ensino para verificar se contemplavam tais conteúdos. Constatou-se, então, que os relatórios continham informações que, antes, não eram percebidas e, assim, passariam a ser utilizadas.

A proposta foi analisar as perguntas das provas e os resultados apresentados no gabarito. Quando a maioria das respostas dos alunos participantes do ENADE acompanhasse o gabarito da pergunta, o resultado seria entendido como positivo, os alunos haviam apreendido as competências e as habilidades propostas para os componentes relacionados. Quando a maioria das respostas dos alunos na pergunta acompanhasse outro item da escala, diferente do gabarito, seria possível perceber que as competências e as habilidades propostas para o componente curricular relacionado não foram apreendidas; então, isso passaria a ser objeto de análise e de avaliação mais detalhada. Outra possibilidade foi que as respostas da pergunta poderiam ser pulverizadas em todos os níveis da escala de respostas, não configurando um posicionamento sobre a compreensão das habilidades e das competências que a pergunta aferia. Nesse caso, seria verificado se o componente curricular abordara o assunto ou se não fora abordado pelo projeto pedagógico. A partir daí, seria feita, então, avaliação do perfil do profissional proposto no projeto pedagógico do curso. Os resultados propiciariam a orientação da prática pedagógica.

4 Alguns diagnósticos resultantes da análise proposta pela CPA realizada pelo curso de Psicologia do UniCEUB

A Coordenação do Curso de Psicologia dispôs-se a realizar o estudo proposto pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) acerca dos resultados do ENADE 2006, com base na exposição realizada por ocasião do curso *Avaliação: vantagens e desafios na gestão da educação superior*, ministrado pela CPA em julho de 2007.

A gestão do curso de Psicologia guia-se, principalmente, pela avaliação prevista no Projeto Pedagógico que propõe o uso dos dados e das informações coletados em reuniões com professores e reunião com alunos,⁴ dos resultados médios de desempenho dos alunos nas avaliações da aprendizagem por disciplina e da congruência entre essas avaliações e os planos de ensino. O desafio foi considerar a autoavaliação institucional, a avaliação externa e a avaliação de curso para efeito de tomada de decisão.

Para efetivar essa proposta, o Departamento de Informática gerou relatório das menções finais obtidas pelos alunos em cada disciplina nos últimos dois anos para que o gestor pudesse cruzar o rendimento dos alunos no ENADE com a média de menções aferida pelo professor.

A análise realizada pela coordenação do curso, a partir da proposta da CPA, calcou-se, preferencialmente, nos dados e nas informações do *Relatório do Curso de Psicologia* referente ao Exame de 2006.

5 Considerações sobre os dados do ENADE

O estudo realizado considerou que as análises dos dados do relatório do ENADE devem ser vistas com reservas, pois: a) os resultados do relatório são trabalhados com amostras independentes, e não com amostras dependentes com uso do indivíduo como controlador de si mesmo; b) os ingressantes e os concluintes cumprem currículos diferentes na maioria dos cursos de Psicologia, tendo em vista o período de implantação das diretrizes curriculares no país; e c) há falta da informação sobre a frequência de respondentes às questões dissertativas.

Ciente dessas limitações, a equipe do curso de Psicologia optou pela seleção dos dados estatisticamente significativos para a compreensão da realidade institucional. Esse procedimento possibilitou a comparação dos resultados do ENADE com outros instrumentos de avaliação e procedimentos de gestão utilizados pelo UniCEUB.

⁴ Trata-se de reuniões realizadas com representantes de turmas, em que estes se reúnem com suas respectivas classes e, amparados por um roteiro de discussão, avaliam o ensino e a gestão da instituição.

6 Impressão dos alunos sobre a prova e o impacto sobre os resultados

Segundo o relatório do ENADE, 73 alunos ingressantes foram convocados para a prova, dos quais 57 compareceram, correspondendo a 78,08%, sendo que o percentual de comparecimento nacional foi 83,92%. Em relação aos concluintes, dos 80 alunos selecionados para fazer a prova, 71 compareceram, perfazendo 88,75%, sendo que o percentual do Brasil foi 94,55%. Esses dados incluem os alunos que abandonaram o curso, transferiram-se para outra instituição ou trancaram matrícula depois de inscritos no exame.

Ao analisar-se o questionário *Impressões sobre a prova*, deparou-se com 40% dos alunos concluintes, indicando o distrator *falta de motivação* como sendo o maior fator da não-participação na prova. Esse percentual é praticamente o dobro do apresentado, no mesmo item da escala, nos demais cursos de Psicologia no Brasil, da região ou da mesma categoria de organização acadêmica. O mesmo fenômeno ocorre com os alunos ingressantes. Destes, 27,8% indicam desinteresse em realizar a prova, enquanto os demais cursos de Psicologia do país, nas categorias acima citadas, apresentam percentuais entre 12,6 e 16,4. Isso mostra que o desinteresse dos alunos do UniCEUB para o ENADE é maior que o do restante do país.

Verificou-se também uma diferença significativa no distrator sobre o tempo gasto para a realização da prova. Entre os alunos concluintes, 44% entregaram a prova em menos de duas horas, enquanto esse mesmo percentual, em nível nacional, ficou entre duas e três horas. Esse fenômeno repetiu-se com os alunos ingressantes. Cerca de 55,6% entregaram a prova em menos de duas horas, enquanto o percentual referente aos cursos da região, da mesma categoria administrativa da organização acadêmica e do Brasil foi inferior a três horas. Esse dado corrobora o anterior sobre o desinteresse em realizar o exame.

7 Perfil socioeconômico e desempenho na prova

O *Questionário-Pesquisa* inclui dados sobre o perfil do aluno que participou do exame, as condições dos recursos físicos e pedagógicos da instituição e a qualidade do ensino oferecido.

Considerou-se relevante cruzar as informações entre os seguintes indicadores:

- Renda familiar, condição de trabalhador do aluno e seu desempenho na prova;
- Tipo de colégio em que concluiu o ensino médio, uso da biblioteca e o desempenho do aluno na prova.

Os resultados do *Questionário-Pesquisa* referentes ao desempenho dos alunos ingressantes e concluintes indicam perfis distintos entre um e outro, de acordo com o que segue:

- *Renda familiar*: Os dados sugerem que os alunos de renda familiar mais baixa apresentaram, em média, menores desempenhos na prova.
- *Tipo de colégio em que concluíram o ensino médio*: Não foram verificadas diferenças significativas entre os egressos de escolas públicas e privadas, tanto para os ingressantes como para os concluintes. A média dos resultados é semelhante.
- *Biblioteca*: Em relação à frequência com que os alunos utilizam a biblioteca, dois itens da escala de respostas chamaram nossa atenção. Dos alunos ingressantes, 51,9% dizem usar a biblioteca com frequência razoável, e os concluintes, 44,4%. O item da escala que demonstra o uso com maior frequência foi de 23,1% entre os ingressantes e de 36,5% entre os concluintes. O percentual foi considerado baixo quando levada em consideração a exigência do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.
- *Trabalho*: Entre os ingressantes, 35,8% não trabalham ou nunca trabalharam. Entre os concluintes, esse percentual cai para 16,7%. Os alunos que trabalham em tempo integral somam 39,6% dos ingressantes e 42,4% dos concluintes. Não há diferença significativa de desempenho médio na prova entre os concluintes que não trabalham (16,7%) em relação aos que trabalham em tempo integral (42%). Os ingressantes que não trabalham apresentam média superior aos que trabalham tempo integral.

- *Recursos físicos e pedagógicos*: Quanto às condições dos recursos físicos e pedagógicos das aulas práticas, observa-se que concluintes e ingressantes respondem de forma positiva.

8 Os conceitos no exame como indicadores para tomada de decisão em nível pedagógico

A análise levou em consideração se os conceitos, geral e IDD, poderiam ser utilizados na gestão acadêmica em relação às ações pedagógicas. Procurou-se conhecer os resultados obtidos pelo curso no Exame e tentou-se responder aos seguintes questionamentos: como esse resultado poderia contribuir para decisões em nível pedagógico? O que esses dados possibilitam de conhecimento da realidade do curso que ainda não se conhece?

9 Resultado geral e desempenho dos alunos na prova

O conceito atribuído ao curso foi 3, resultado considerado mediano, tomando-se como referência os demais cursos de Psicologia do país sem distinção de região, categoria administrativa e organização acadêmica. Em média, não há diferença significativa entre o desempenho dos alunos desta Instituição, tanto ingressantes como concluintes, e o desempenho dos demais estudantes de Psicologia do país.

O conceito geral do ENADE informa o desempenho médio dos alunos no exame e compara-o ao nacional. No caso do UniCEUB, há um entendimento de que a Instituição deva estar acima da média nacional, considerando a política institucional que visa à excelência no ensino oferecido compatível com a legislação dos centros universitários. No entanto, a medida *per se* não oferece indicadores para gerar mudanças a curto prazo, pois as ações pedagógicas estão, essencialmente, apoiadas no projeto pedagógico do curso, não abrangidas pelo resultado.

Pelo fato de o IDD permitir um olhar sobre a posição do curso frente aos demais do país, com o mesmo perfil de ingressantes, é possível obter por meio dele uma maior finura discriminativa entre as instituições que possuem o mesmo conceito.

O IDD e o conceito geral obtidos no exame prestam informações que se complementam, o que permite ao gestor a melhor compreensão da realidade do curso. No entanto, o IDD fornece conhecimento mais próximo da realidade do curso, porque vai compará-lo a outros do mesmo perfil.

O ENADE valoriza o IDD como fonte indicativa do esforço da instituição na formação do aluno. No UniCEUB, nem a autoavaliação, nem os procedimentos pedagógicos possibilitam a visualização do desenvolvimento do aluno como indicador no processo decisório. A Coordenação de Psicologia considerou o IDD uma iniciativa primorosa para a gestão acadêmica e recomenda a implementação de procedimentos institucionais que forneçam informações sobre o crescimento que o ensino promove nos alunos com ênfase no projeto pedagógico.

10 Desempenho dos alunos no componente específico da prova e nas disciplinas curriculares

Para compreender o desempenho dos alunos no componente específico do exame, utilizaram-se as medidas de tendência central e variabilidade, oferecidas no relatório do ENADE, e analisaram-se os percentuais de erros dos alunos, cujas freqüências tenham sido representativas.

Com a finalidade de ampliar a compreensão do resultado obtido pelos alunos que participaram do ENADE, consideraram-se, em alguns casos, os índices de aprovação e reprovação nas disciplinas que trataram do conteúdo abordado na questão, provenientes do relatório emitido pelo Departamento de Informática, relativos ao 2º semestre de 2006 e ao 1º de 2007.

Foi realizada a análise de todas as perguntas da prova e relacionados os componentes curriculares relativos a cada uma. Em seguida, foi analisado o resultado dos alunos na referida questão e comparado aos resultados das menções dos alunos nas disciplinas contempladas pelas perguntas. Os resultados permitiram à coordenação de Psicologia compreender melhor o posicionamento dos alunos nas reuniões de representantes de turma e viabilizar a proposição de mudanças para alguns componentes curriculares do curso. A análise permitiu também verificar as perguntas em que as competências e as habilidades específicas foram exigidas ou se foi somente cobrada a concentra-

ção dos alunos. Além disso, o estudo possibilitou o entendimento dos conceitos obtidos no exame e sua pertinência em relação ao trabalho realizado pelo corpo docente.

As questões de números 37, 38, 39 e 40 são dissertativas e o relatório do ENADE não oferece elementos substanciais para a análise comparativa. O relatório apresenta apenas que a média de desempenho dos alunos do curso foi inferior aos da média em nível nacional.

Observou-se que quatro das questões objetivas com menor frequência de acerto (14, 28, 31 e 32) são as de proposições e ou distratores mais extensos que exigem maior concentração, disposição e compreensão verbal por parte dos alunos. Como eles não apresentaram muita disposição para realizar a prova, pode-se inferir que, nessas questões, o resultado não permite a análise da realidade do curso.

11 Considerações finais

O intuito da CPA foi instrumentalizar os gestores da administração intermediária para a percepção das possibilidades advindas do processo avaliativo interno e externo. A aplicação do modelo de análise proposto pela CPA do UniCEUB propiciou à gestão do curso de Psicologia a percepção de elementos que, antes, não eram considerados, como, por exemplo, o diagnóstico do perfil dos alunos do curso e a compreensão do trabalho empreendido ao longo do processo e seus resultados para os alunos. Puderam-se traduzir os resultados e entendê-los à luz da significação dos conceitos. Este trabalho despertou a atenção do curso de Psicologia para as possibilidades que os resultados do ENADE podem oferecer. Os resultados não são perceptíveis por si mesmos. Há que ser feito árduo trabalho de delimitação e depreensão dos indicadores que interessam à análise

Este instrumento de avaliação que, antes, era considerado apenas como parte de um processo regulatório, por meio do estudo, abriu a possibilidade de ser entendido também como um elemento balizador do processo decisório. A ampliação da análise pela inter-relação e pelo cruzamento de informações de diversos instrumentos de avaliação e ou de outras fontes de coleta sistematizada de dados parece ser um caminho favorável à adoção da concepção emancipatória da avalia-

ção no contexto institucional, sem, no entanto, enfraquecer a proposta regulatória que se possa fazer necessária em nível governamental.

Interrelational analysis of the National System of Higher Education Evaluation (SINAES) tools: an emancipatory proposal

Abstract:

The UniCEUB CPA (Institutional Evaluation Committee) has all along the last year mobilized institutional managers to use reports of internal evaluation as actions organizing structure. This stimulus aims to professionalize the managerial action. This paper presents the reflexions of this strategy inside the Institution, particularly at Psychology course and shows a possible way to allow the manager to base his daily practice. The last purpose of this proposition is to pass over the regulation function of institutional evaluation onto the emancipatory function as a possibility to the institution to transform social relations established between the segments belonging to the universe of higher teaching.

Keywords: Institutional evaluation. Higher education. CPA (Institutional Evaluation Committee).

Referências

BRASIL. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior*: da concepção à regulamentação. Brasília: INEP, 2007.

CUNHA, Maria Izabel. Auto-avaliação como dispositivo fundante da avaliação institucional emancipatória. *Revista Avaliação*, Campinas, v. 9, n. 4, dez. 2004.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, out. 2004.

DURHAM, Eunice. *Ensino superior no Brasil: público e privado*. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, 2003. (Documento de trabalho NUPES).

PIRES, César Henrique Santos. *Concepção dos docentes da UEMA sobre avaliação institucional*. Florianópolis: Insular, 2002.

SANTOS, Maria Cristina Loyola dos. *Avaliação e gestão no ensino superior: a reação dos gestores frente às avaliações do MEC e da instituição – o caso do UniCEUB*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2003.

SAUL, Ana Maria. *Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática da avaliação e reformulação de currículo*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Avaliação da educação superior*. Petrópolis: Vozes, 2000.

UniCEUB. *Plano de auto-avaliação do UniCEUB*. Brasília, 2004. (mimeo).

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. A avaliação institucional nas universidades brasileiras: diagnóstico e perspectivas. *Estudos e Debates*, Brasília, n. 20, p. 37-109, mar. 1999.